



Cultura de la información

Representação de informações na era digital: ensaios com o acervo artístico do Museu de Arte Sacra de São Paulo

Giovana Deliberati Maimone

Universidade de São Paulo
Brasil · gdmaimone@usp.br

Naira Christofolletti Silveira

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Brasil · naira.silveira@unirio.br

Resumo: Apresenta uma investigação sobre a representação de informações em meio digital do acervo artístico, especificamente mobiliário, presente no *site* do Museu de Arte Sacra de São Paulo. O objetivo do presente trabalho é demonstrar o avanço que as tecnologias de informação e comunicação (TIC's) possibilitam para o acesso remoto às informações. No âmbito documentário, sugerem-se algumas complementações informacionais como, por exemplo, a descrição física e as dimensões do material. A metodologia está pautada em estudos documentais e exploratórios, recorrendo-se à teoria da área da Ciência da Informação, realizados com pesquisas no referido *site*. Os estudos documentais são a primeira etapa desta pesquisa, base para a análise das representações do acervo artístico do Museu. São selecionados alguns objetos do acervo para análise com base nos fundamentos da área da Ciência da Informação. O objetivo de analisar o modo de representação do objeto e da fundamentação teórica é fornecer um quadro estruturado sobre a representação das informações em meio digital, sua teoria e aplicabilidade. Conclui-se que o trabalho documentário aliado às tecnologias de informação e comunicação possibilita cada vez mais a representação fidedigna dos objetos de museus e seu acesso mesmo que à longas distâncias.

Palavras-chave: Representação da Informação; Acervo Artístico; Era Digital; Museu de Arte Sacra de São Paulo; Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's).

Abstract: Presents research on the information's representation in digital form of art collection, specifically furniture, present on the site of the Museum of Sacred Art of Sao Paulo. The objective of this study is to demonstrate the progress that information and communication technologies (ICT's) allow for remote access to information. Under documentary, it is suggested in some informational additions such as, for example, the physical description of materials and its dimensions. The methodology is guided in documentary studies, resorting to the Information Science field and exploratory, with research conducted on that site. The documentary studies are the first step of this research, the basis for the analysis of the representations of the art collection of the Museum. Some objects this collection are selected for analysis on the foundations of the area of Information Science. The purpose of analyzing the mode of representation of the object and the theoretical foundation is to provide a structured framework for the information's representation in digital media, its theory and applicability. It follows that the documentary work allied to information and communication technologies enables more faithful representation of museum objects and their access even to long distances.

Keywords: Information's Representation; Art Collection; Digital Age; Sacred Art Museum of Sao Paulo; Information and Communication Technologies (ICT's).

1 Introdução e contextualização

Os museus são instituições sem fins lucrativos que devem estar a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento. Neste sentido, conforme definição do *International Council of Museums* (ICOM) o museu deve ser uma instituição “aberta ao público, que adquire, conserva, estuda, expõe e transmite o patrimônio material e imaterial da humanidade e do seu meio, com fins de estudo, educação e deleite”. Assim, “adquirir, preservar e valorizar suas coleções com o objetivo de contribuir para a salvaguarda do patrimônio natural, cultural e científico da sociedade constitui sua missão” (ICOM, 2006, p 15, tradução nossa).

De modo geral, os museus contemporâneos tentam transmitir a cultura através de um tipo de comunicação chamada de “comunicação museal” a qual define-se como a partilha com os diferentes públicos, dos objetos que fazem parte da coleção, bem como das informações resultantes da pesquisa efetuada sobre esses objetos. Tal comunicação se faz efetiva se o trabalho anterior de organização e representação das informações dos objetos for realizado de modo fidedigno e adequado aos objetivos da instituição naquele momento.

A partir desta perspectiva infere-se que o trabalho do documentalista deve receber grande importância uma vez que influencia diretamente na qualidade das exposições. Neste sentido a documentação museológica pode ser concebida como: toda forma de registro e sistematização da informação referente ao acervo dos museus, permitindo o acesso rápido e fácil, promovendo o controle e a segurança dos objetos.

Neste contexto, e levando em consideração que no cenário atual conta-se com uma diversa gama de tecnologias disponíveis para o acesso remoto às informações, principalmente porque há grande imersão da sociedade na rotina digital, insere-se a questão das melhorias que tais tecnologias, juntamente com o trabalho da documentação podem oferecer ao público virtual do museu.

Propõe-se, portanto, alguns ensaios de representação informacional com o acervo artístico, especificamente de mobiliário do Museu de Arte Sacra de São Paulo, que pode ser acessado através do link: <http://www.museuartesacra.org.br/pt>.

A escolha de realizar a pesquisa com o Museu de Arte Sacra de São Paulo se deu pois, sob nosso ponto de vista, é uma das Instituições que traz maiores subdivisões dos tipos de acervos lá contidos e parece possuir uma preocupação contínua com a melhoria da exposição do acervo tanto virtual como localmente. Para exemplificar a afirmação acima, podemos encontrar no referido *site*, as seguintes diferenciações de acervos, agrupadas em:

- Acervo Arquitetônico
- Acervo Artístico
- Acervo Arqueológico
- Acervo Devocional
- Acervo Bibliográfico
- Acervo Arquivístico

Adentrando ao Acervo Artístico, objeto da presente investigação, pode-se encontrar duas categorias: Rede de Museus de Arte Sacra e Consulta do Acervo. Como o objetivo desse trabalho é realizar um ensaio, optou-se por “Consulta do Acervo”, sendo que a busca pode ser realizada por três campos pré-definidos (tipologia, técnica e período) e/ou por palavra-chave. O campo tipologia está subdividido em: alfaia, fragmento, imaginária, mobiliário, numismática e medalhística, objeto litúrgico, pintura e talha.

O recorte desta pesquisa está na tipologia “mobiliário”, acredita-se que esta tipologia seja mais conveniente para explorarmos as questões relacionadas à representação da informação na era digital, especificamente, traçando um paralelo à disseminação da informação em museus. Como procedimentos metodológicos, tem-se a pesquisa exploratória que irá analisar o *site* e a representação da informação de algumas das 23 obras que compõem o acervo Artístico/Mobiliário. A análise se fará com a comparação das informações contidas no *site* e na representação do acervo e fundamentos e conceitos presentes na literatura.

Este estudo está dividido em quatro seções, sendo a primeira esta breve introdução e contextualização, a segunda irá abarcar teoricamente os museus e a representação de informações, especificamente, abordará a representação da informação museológica na era digital do Museu de Arte Sacra de São Paulo, a terceira apresentará o ensaio com os resultados, análise e discussão e a quarta e última seção apresentará as considerações finais.

2 Museus e a representação de informações

Antes de falar em museus e representação de informações é pertinente apresentar o posicionamento das autoras perante a possibilidade de integração de informações dos diversos setores dos museus. A biblioteca, o arquivo e o museu em si, se adequadamente planejados, podem implantar um sistema que integre uma série de informações importantes para o usuário no momento da busca e recuperação da informação, já que pode ser relevante para o mesmo receber sobre documentos que digam respeito a biografia de um artista, as cartas que ele enviou em vida (arquivo), uma bibliografia sobre a obra do artista (biblioteca) e as obras propriamente ditas. Neste sentido, citamos Johanna Smit (2000, p. 30), que afirma que “A necessidade informacional não se enuncia, na maior parte dos casos, em termos exclusivamente arquivísticos, biblioteconômicos ou museológicos, mas em termos de uma informação que exige buscas”.

Em relação ao objeto tratado neste trabalho, ou seja, o mobiliário, tais concepções também são válidas, a partir do momento que existe interesse do usuário, por exemplo, em saber a data de entrada de um objeto no museu (arquivo), o histórico e estudos sobre o objeto (biblioteca) e a análise do próprio mobiliário.

“Arquivos, bibliotecas e museus converteram-se, no plano teórico e no campo prático, em instrumentos de socialização, de inculcação, nas pessoas, de determinados valores, crenças e atitudes” (Araújo, 2013, p. 218). As três instituições, embora desempenhem papéis específicos e delimitados tanto por questões práticas quanto conceituais, compartilham muitos fundamentos e são consideradas como partes de sistema de armazenamento, organização, busca e recuperação de informação, no qual a representação da informação, seja ela arquivística, bibliográfica ou museológica, possui diretrizes e normativas próprias a fim de atender aos seus usuários.

A representação de informações de cunho museológico passa por um processo que pode ser chamado de musealização, ou seja,

[...] a operação de extração física e conceitual, de uma coisa de seu meio natural ou cultural de origem, conferindo a ela um estatuto museal – isto é, transformando-a em *musealium* ou *musealia*, em um “objeto de museu” que se integre no campo museal. O objeto, uma vez dentro do museu, assume o papel de evidência material ou imaterial do homem e do seu meio, e uma fonte de estudo e exibição, adquirindo, assim, uma realidade cultural específica (Desvallées & Mairresse, 2013, p. 57).

Este estatuto museal do qual fala Desvallées e Mairresse (2013) pode ser considerado como uma realocação de um objeto que irá integrar uma coleção em determinado contexto, revelando traços que objetivamente intentam ser apresentados para um público. É importante ressaltar ainda que, todo museu possui um conjunto de ações pautadas no tripé: preservação, pesquisa e comunicação, sendo que nosso objetivo está pautado prioritariamente na comunicação destes materiais, que devem ter o respaldo anterior da representação de informações. Em outras palavras, o que será divulgado deve ser, antes, representado.

Uma especificidade do objeto de museu pode ser identificada pela *apresentação do sensível*, distinto do documento textual das bibliotecas, que exige não somente o conhecimento de uma língua mas, igualmente, o domínio da leitura, o que conduz a uma experiência ao mesmo tempo mais abstrata e mais teórica. O museu, por sua vez, não reivindica nenhuma dessas aptidões, pois a documentação que ele apresenta é principalmente sensível, isto é, perceptível pela visão e pela audição, e mais raramente pelos outros três sentidos – o tato, o gosto e o odor. Tal distinção permite a

um analfabeto ou mesmo a uma criança retirar sempre algum fruto de uma visita ao museu, ainda que sejam incapazes de explorar os recursos de uma biblioteca.

A utilização de tecnologias de informação e comunicação (TIC's) para a disponibilização de informações dos museus em ambiente digital possibilita a amplitude de alcance dos mesmos e o aperfeiçoamento da representação do material tanto verbal como imageticamente. Lançando mão dos aparatos tecnológicos existentes, verifica-se que grande parte dos museus já apresentam suas obras de modo fotográfico, descrevendo algumas de suas características, fato que depende da gestão de cada museu.

Cabe lembrar que durante muito tempo os museus eram tidos como instituições de guarda de objetos, sem necessariamente terem o dever de comunicar ou proporcionar divulgação ou acesso de seus materiais. Assim sendo, as TIC's permitiram avanço significativo destas funções.

No caso desse estudo, temos como escopo, o Museu de Arte Sacra de São Paulo. Este Museu teve sua instalação em 28 de junho de 1970, através de um convênio firmado entre o Governo do Estado de São Paulo e a Mitra Arquidiocesana de São Paulo (Museu de Arte Sacra de São Paulo, [20--?])

O acervo desse museu começou a ser formado a partir de 1907, com o recolhimento de imagens sacras de igrejas e pequenas capelas que foram demolidas após a proclamação da República. Com a instalação do Museu, a partir de 1970, o acervo ampliou-se significativamente e as principais atribuições do Museu são:

recolher, classificar, catalogar e expor convenientemente objetos religiosos cujo valor estético ou histórico recomende a sua preservação; expor permanente, pública e didaticamente seu acervo; promover o treinamento, a capacitação profissional e a especialização técnica e científica de recursos humanos necessários ao desenvolvimento de suas atividades; incentivar e apoiar a realização de estudos e pesquisas sobre arte sacra e história da arte; promover cursos regulares, periódicos ou esporádicos de difusão, extensão e de treinamento sobre temas ligados a seu campo de atuação (Museu de Arte Sacra de São Paulo, [20--?], p. [1]).

Com um acervo riquíssimo e iniciado há mais de um século, aliado às missões destinadas ao Museu, o site do Museu passou a apresentar um catálogo com a sua coleção. Esse catálogo possibilita a representação da informação museológica no ambiente digital.

O Museu de Arte Sacra de São Paulo tem seu acervo subdividido em algumas classes que foram mantidas na categorização das informações disponíveis no site, através de um menu à esquerda. As categorias, elencadas na introdução deste trabalho, delimitam as fronteiras materiais de tais obras. Como, por exemplo, o Acervo Arquitetônico traz informações sobre o "Mosteiro da Luz", incluindo uma foto e uma pintura referentes ao mesmo.

No site do Museu de Arte Sacra de São Paulo é possível fazer um ensaio sobre a representação de suas obras com base nas atuais tendências da representação da informação aliada à tecnologia. Uma tendência na representação da informação na museologia são os Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos (FRBR) orientado a objeto, mais conhecido por sua sigla FRBRoo.

Com as mudanças na produção e disseminação da informação, a partir da década de 1960, a *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA) iniciou uma revisão nos fundamentos teóricos e práticos que norteiam a catalogação em âmbito internacional, culminando com a publicação dos *Functional Requirements for Bibliographic Records* (FRBR – Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos), em 1998 (IFLA, 1998).

O desenvolvimento dos FRBR motivou uma série de revisões na área de Representação Descritiva. Outros dois modelos conceituais baseados nos FRBR foram desenvolvidos: *Functional Requirements for Authority Data* (FRAD), publicado em 2009, e *Functional Requirements for Subject Authority Data* (FRSAD), publicado em 2010.

Após os FRBR, FRAD e FRSAD os instrumentos de catalogação começaram um processo de revisão e o sonho por um código internacional que propiciasse o controle bibliográfico universal ressurgiu com mais força.

Embora tenha surgido em ambiente biblioteconômico, sua base conceitual tem se disseminado por outros campos do conhecimento, incluindo uma versão destinada ao intercâmbio de dados informacionais, que envolvem artefatos museológicos, o modelo FRBRoo tem como propósito integrar informações bibliográficas e museológicas.

The idea that both the library and museum communities might benefit from harmonising their two models was first expressed in 2000, on the occasion of ELAG's (European Library Automation Group) 24th Library Systems Seminar in Paris. This idea led to the formation, in 2003, of the International Working Group on FRBR/CIDOC CRM Harmonisation, that brings together representatives from both communities with the common goals of: a) Expressing the IFLA FRBR model with the concepts, tools, mechanisms, and notation conventions provided by the CIDOC CRM, and: b) Aligning (possibly even merging) the two object-oriented models thus obtained (Behiari, Doerr, Le Boeuf, & Riva, 2015, p. 10).

Essa proposta reafirma a tendência de interoperabilidade entre vários sistemas de informação e indica que mesmo sendo áreas de conhecimento distintas, possuem muitas semelhanças e podem trabalhar juntas.

É importante destacar que esses modelos conceituais buscam integrar a Representação (descritiva e temática) em ambientes digitais. Incluem uma série de atributos a serem atribuídos aos elementos a serem representados. Mas além da representação, incluem os usuários do sistema.

Mesmo sendo instituições distintas, a biblioteca e o museu podem integrar suas informações e possibilitar um sistema mais completo. Ambas estão inseridas em um contexto tecnológico e podem usufruir de fundamentos teóricos e práticos compartilhados, os FRBRoo são uma prova concreta dessa integração. Embora ainda não esteja plenamente divulgado ou profundamente estudado no Brasil, há grupos que estão trabalhando com os FRBRoo, com o intuito de representar artefatos museológicos no mundo digital. Portanto, este trabalho fará a seguir um ensaio, pontuando algumas contribuições e relações da representação do mobiliário do Museu de Arte Sacra de São Paulo.

3 Resultados, análise e discussão

A página principal do Museu contém um menu com as categorizações das informações, esse menu contém categorias claras e fáceis que permitem a navegação pelo *site*. Neste sentido, observa-se que o Museu está adequado aos conceitos relacionados à Arquitetura da Informação, disponibilizando informações com clareza aos usuários. Na página principal, o usuário poderá obter informações sobre o Museu e consultar o seu acervo, não há necessidade de vários cliques para se chegar à representação de um objeto.

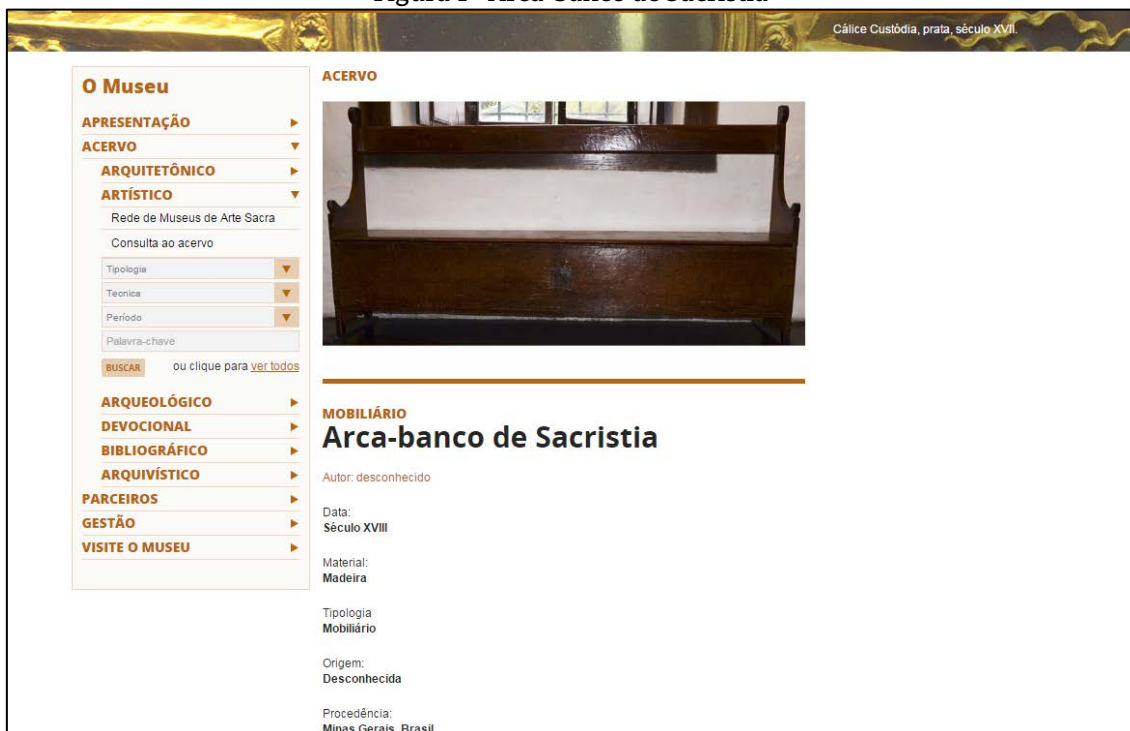
Uma observação interessante a ser feita é a disponibilização do catálogo do acervo na internet. Muitos museus abertos ao público não possuem um "catálogo" para a consulta de seus visitantes, como ocorre na biblioteca. Em geral, o Museu apresenta exposições planejadas, com uma espécie de circuito a ser completado pelo visitante, que caminha pelo espaço e observa informações sobre as obras expostas. Em uma biblioteca isso não ocorre com muita frequência, os usuários na maioria das vezes só encontram uma obra após a consulta em seu catálogo.

O catálogo disponível no *site* do Museu de Arte Sacra parece se aproximar do conceito de catálogo de uma biblioteca tradicional, apresentando ao usuário a sua coleção, conciliando as ferramentas tecnológicas a seu favor, pois além de fornecer ao usuário distante a possibilidade de conhecer o seu acervo, ele também fornece uma foto dos objetos que compõem o seu acervo.

Em relação específica à representação da informação dos objetos do acervo, analisaremos especificamente o Acervo Artístico, no qual figura a categoria mobiliário, foco desse estudo, que conta com vinte e três (23) obras registradas, e

clicando em "ver mais" sobre cada uma delas é possível obter as seguintes informações como no exemplo abaixo:

Figura 1 - Arca-banco de Sacristia



Fonte: Museu de Arte Sacra de São Paulo ([20--?]).

A Figura 1 apresenta a representação de um objeto mobiliário. Observa-se a inscrição de alguns campos de informação como "Autor", "Data", "Material", "Tipologia", "Origem" e "Procedência" em detrimento de outros como "Descrição do objeto – com dimensões", "Utilidade", "Forma de Aquisição", "Estado de Conservação/Preservação", "Informações históricas sobre o objeto", entre outros. Tal fato pode se dar por conta de diversos fatores, como por exemplo: políticas locais de representação, variedade dos objetivos de cada instituição e a falta de tempo hábil e de pessoal especializado para o processamento de todas as informações importantes para o reconhecimento da obra.

Porém, a possibilidade de visualização do objeto e de algumas de suas características já beneficia significativamente o usuário que não pode estar presencialmente no museu. Esse "encurtamento" no tempo de acesso à obra produz ganhos importantes para pesquisadores, estudantes e para todo o público interessado.

As 23 obras que compõem o Acervo Artístico / Mobiliário possuem uma foto e os seguintes campos de representação da informação:

- **Mobiliário:** precede ao que seria o equivalente ao título do objeto;
- **Autor:** criador do objeto;
- **Data:** não apresenta uma data específica e sim um século;
- **Material:** especifica o tipo do material, as vezes somente madeira;
- **Tipologia:** o acervo possui 8 tipologias, no caso desse estudo, todas as 23 obras possuem esse este campo preenchido como mobiliário, pois elas compõem o Acervo Artístico/Mobiliário;
- **Origem:** indica o estado de origem do objeto representado;
- **Procedência:** indica a cidade.

Para analisar de modo mais detalhado a representação dos mobiliários, analisaremos a seguir todos os elementos estabelecidos para a representação de tais obras no acervo.

O campo *Mobiliário* é o campo que mais se aproxima da atribuição de um título de um objeto. Porém, embora possua um destaque como sendo o título do objeto, na verdade ele possui como elemento descritivo o tipo de mobiliário, por exemplo: cadeira, oratório, oratório de parede. Isso significa, que não há um título específico para este objeto, e sim um comum que representa as suas características. No caso dos oratórios, existem 4 tipos de oratórios:

- armário oratório (um objeto)
- oratório (cinco objetos diferentes entre si)
- oratório de embutir na parede (um objeto)
- oratório de parede (sete objetos).

Quando há o mesmo mobiliário, a foto que faz parte da representação é fundamental para se distinguir um objeto de outro. Abaixo apresentam-se duas figuras:

Figura 2: Oratório de parede – século XVIII



Fonte: Museu de Arte Sacra de São Paulo ([20--?]).

Figura 3 – Oratório de parede – século XIX



Fonte: Museu de Arte Sacra de São Paulo ([20--?]).

Ambas as figuras possuem o mesmo elemento descritivo no campo “mobiliário”, sendo que a representação do objeto ocorre, portanto, através de todos os elementos juntos, cada elemento isolado não é capaz de representar um objeto, isso ocorre também na área de Biblioteconomia. Nos casos acima ilustrados, destaca-se que a fotografia do objeto é um elemento muito importante que auxilia na representação e individualização do objeto.

O *Autor* é um dos campos que menos foi preenchido. Na maioria das obras, em 19 das 23 recuperadas, este campo está preenchido com “desconhecido”, consta apenas em 4 obras o nome do artista, criador da obra. Em geral, o título da obra aliado ao criador são os elementos mais tradicionais para de representar, buscar e recuperar uma obra.

Os três elementos seguintes: data, material e tipologia, estão descritos em todas as 23 obras que compõem o mobiliário. A *Data* é representada na maioria das obras pelo século no qual foram feitas, das 23 obras, apenas duas continham uma data específica. O *Material* possui como a madeira o elemento predominante, mas também aparecem vidro e couro. Algumas vezes há um detalhamento do tipo da madeira, por exemplo, madeira de jacarandá.

Os dois últimos elementos possuem uma certa inconsistência da informação. A *Origem*: algumas vezes indica o estado, outras a cidade e outra a fazenda ou a igreja. A *Procedência* apresenta a cidade, o estado ou a fazenda ou a igreja de procedência do objeto. Algumas vezes, em seis obras analisadas, o preenchimento da origem e da procedência eram exatamente os mesmos. Estes campos também foram preenchidos com “desconhecido”.

Dos seis elementos analisados, os campos de *Mobiliário*, *Data*, *Material* e *Tipologia* sempre possuíam um elemento representativo do objeto, nunca foram preenchidos como sendo “desconhecido”. Os campos *Autor*, *Origem* e *Procedência* nem sempre representaram o objeto e continham a informação “desconhecido”.

Neste sentido, acredita-se que os elementos de representação das obras no *site* do Museu contém informações muito básicas para se identificar uma obra. A dificuldade está no preenchimento desses elementos, pois muitas vezes encontra-se a informação “desconhecido”. Destaca-se que todos os objetos possuem a imagem do próprio objeto. A imagem (foto) da obra é um recurso que está relacionado diretamente à tecnologia, que permite inserir em um catálogo uma imagem. Com o tempo, outros recursos tecnológicos poderão ser implementados no catálogo, como por exemplo uma foto em 3D, que permitiria ter um panorama mais real do objeto representado.

Segundo a Declaração de Princípios de Documentação em Museus e Diretrizes Internacionais de Informação sobre Objetos de Museus (Comitê Internacional de Documentação, 2014), as categorias de informação dos objetos museais podem ser classificadas do seguinte modo: Grupo de informação sobre aquisição; Grupo de informação sobre estado de conservação; Grupo de informação sobre baixa patrimonial e alienação; Grupo de informação sobre descrição; Grupo de informação sobre imagem; Grupo de informação sobre Instituição; Grupo de informação sobre localização; Grupo de informação sobre marca e inscrição; Grupo de informação sobre material e técnica; Grupo de informação sobre medição; Grupo de informação sobre associação de objeto; Grupo de informação sobre coleta de objeto; Grupo de informação sobre entrada de objeto; Grupo de informação sobre nome de objeto; Grupo de informação sobre número de objeto; Grupo de informação sobre produção de objeto; Grupo de informação sobre título de objeto; Grupo de informação sobre parte e componente; Grupo de informação sobre catalogação; Grupo de informação sobre referência; Grupo de informação sobre direitos de reprodução; Grupo de informação sobre assunto representado (Comitê Internacional de Documentação, 2014, p. 25-29).

Cabe ressaltar que alguns grupos de informação acima identificados não precisam e/ou não deveriam, em alguns casos, por segurança, serem expostos ao público, pois alguns deles servem apenas para orientação interna das atividades. Mais detalhadas devem ser as informações quanto mais específicos forem os objetivos das Instituições.

Para o setor de mobiliário poderíamos selecionar alguns desses grupos de informação para compor a representação dos objetos. Como já dito anteriormente, as informações servem especificamente para públicos determinados. Assim separamos as informações em: para público externo, ou seja, informações para exposição e, para público interno – informações importantes para o pessoal que trabalha diretamente com os objetos.

Para público externo: grupos de informações – descrição, imagem, material e técnica, medição, associação de objeto, nome de objeto, produção de objeto, título de objeto, catalogação e assunto representado. Para público interno: grupos de informações – aquisição, estado de conservação, baixa patrimonial e alienação, Instituição, localização, marca e inscrição, coleta de objeto, entrada de objeto, número de objeto, parte e componente, direitos de reprodução.

Por fim, observa-se que a representação dos mobiliários do Museu na internet contém poucos elementos descritivos e alguns elementos são desconhecidos e não foram atribuídos. Entretanto, todos os elementos possuem foto. De modo geral, o site é amigável e contém campos pré-estabelecidos que ajudam o visitante virtual navegar pelo catálogo como se estivesse caminhando entre os corredores de uma exposição.

4 Considerações finais

A representação da informação pode possuir diferentes aspectos, um mesmo objeto pode ser representado de modos diferentes em instituições diferentes. Algumas vezes, em um mesmo tipo de instituição, um mesmo objeto pode ser representado de modo diverso.

Com a introdução das tecnologias de informação e comunicação (TIC's) é possível apresentar ao usuário uma série de informações, a tendência é que as tecnologias facilitem o acesso à informação, independentemente de seu formato. Ela também permite a integração de vários sistemas. A tendência não é a construção de um único catálogo ou que as representações sejam idênticas, mas sim que elas possam ser compartilhadas em seus elementos comuns.

Nesse sentido, o ensaio apresentado abre um caminho para reflexão sobre a integração de objetos museológicos e biblioteconômicos, que já ocorre em âmbito conceitual com os FRBRoo. Na prática, essa integração ainda não se executa, mas demonstra grande potencial.

O Museu de Arte Sacra de São Paulo possui um belo acervo, que ao ser disponibilizado na internet contempla as questões da Ciência da Informação, pois possibilita o acesso a um objeto que talvez um usuário não conhecesse se não fosse até o Museu pessoalmente. Muitos museus estão disponibilizando seu acervo, assim como as bibliotecas disponibilizam seus catálogos e obras completas em formato digital. Acredita-se que este seja o momento ideal para o compartilhamento de fundamentos, teorias e práticas entre a Biblioteconomia, Museologia e a Arquivologia, pois possuímos desenvolvimentos tecnológicos para concretizar muitas ações antes inimagináveis.

Referências

Araújo, C. A. Á. (2013). A Perspectiva de estudos sobre os sujeitos na Arquivologia, na Biblioteconomia e na Museologia. Em questão, Porto Alegre, v. 19(1), p. 213-238, jan./jun. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/37518/31551>>. Acesso em: 18 ago. 2015.

Bekiari, C., Doerr, M., Le Boeuf, P., & Riva, P. (Eds.) (2015). FRBR: object-oriented definition and mapping from FRBRER, FRAD and FRSAD. Version 2.2. [S.l.]: International Working Group on FRBR; CIDOC CRM Harmonisation. Disponível em: <http://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/frbr/frbroo_v2.2.pdf>. Acesso em: 18 ago 2015.

Comitê Internacional de Documentação (2014). Declaração dos Princípios de Documentação em Museus... São Paulo: Secretaria de Estado de Cultura de São Paulo; Associação de amigos do Museu do Café; Pinacoteca do Estado de São Paulo.

Desvallées, A.; Mairresse, F. (Ed.) (2013). Conceitos-chave de museologia. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura.

ICOM (2006). Code of Ethics for Museums. Paris. Disponível em: <http://icom.museum/code2006_eng.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2015.

IFLA (1998). Study Group on the Functional Requirements for Bibliographic Records. Functional requirements for bibliographic records: final report. München: K. G. Saur. Disponível em: <www.ifla.org>. Acesso em: 16 ago. 2006.

Museu de Arte Sacra de São Paulo ([20--?]). Museu. São Paulo: Museu de Arte Sacra. Disponível em: <<http://www.museuartesacra.org.br/pt/>>. Acesso em: 18 ago. 2015.

Smit, J. W. (2000). Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia: o que agrega estas atividades profissionais e o que as separa. *Revista Brasileira de Biblioteconomia*, São Paulo, Nova serie, v. 1 (2), p. 27-36.